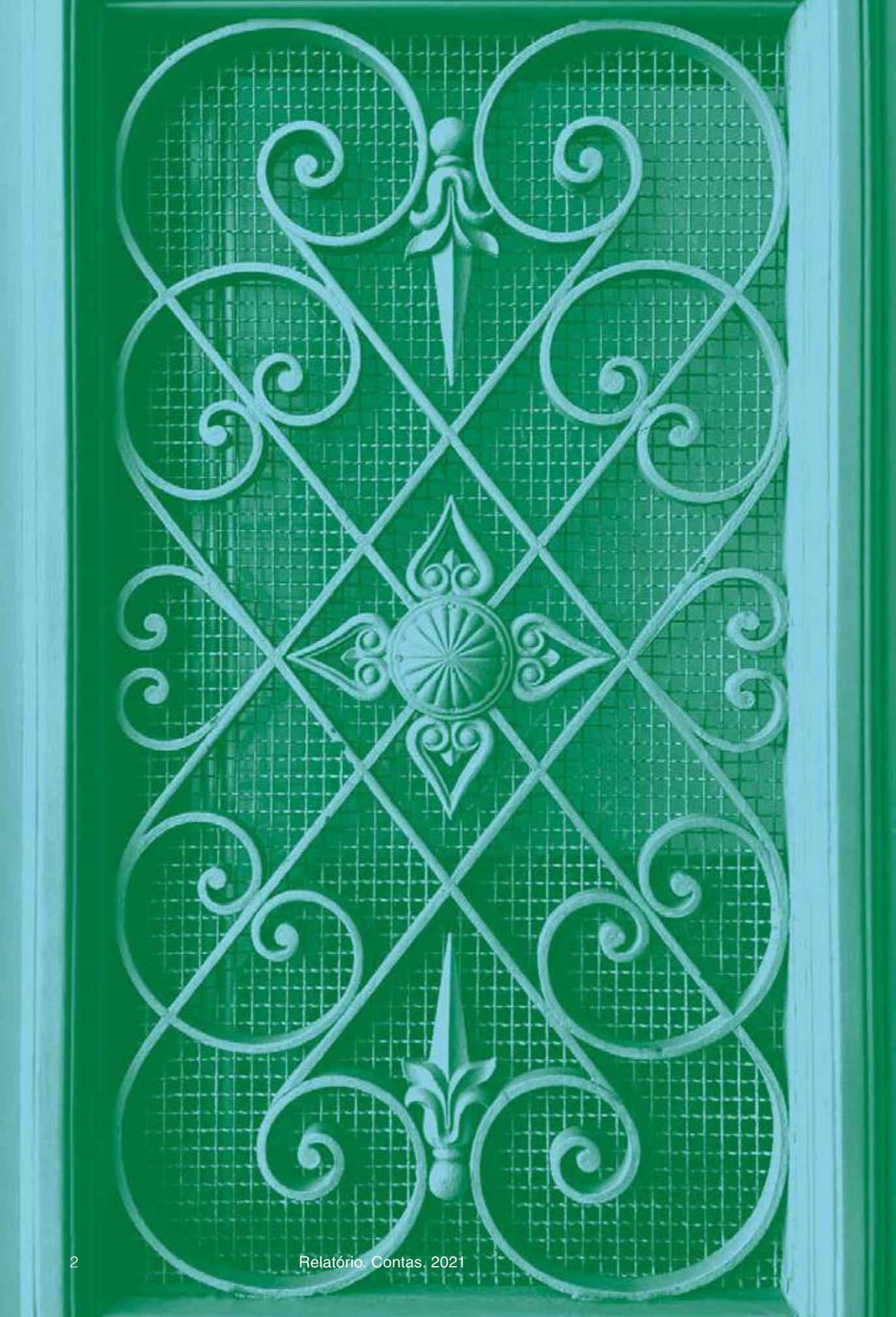


**Relatório.
Contas.
2021**

**Alfândega
do Porto**

3	Conselho de Administração
7	Diretor executivo
13	Centro de Congressos a Alfândega do Porto
19	Atividade museológica e cultural
31	Infraestruturas
37	Recursos humanos
41	Qualidade
45	Recursos financeiros
52	Contas
	Demonstrações Financeiras
	Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Conselho de Administração

Apresenta-se à consideração dos senhores associados a aprovação do Relatório e Contas referente ao ano de 2021.

Ano de 2021 que se caracterizou pela inconstância, imprevisibilidade e incerteza relativamente ao normal desempenho das atividades, quer museológicas quer comerciais. Apesar de todo o cenário altamente complexo que se viveu em 2021, os resultados apresentados são francamente animadores, não só relativamente ao futuro, logo que alcançada a normalidade perdida com a pandemia covid-19, mas também mesmo quando comparados com os do ano de 2020, uma vez que o EBITDA de 2021 foi positivo em 117.058 €, e o registado no ano anterior de (651.139 €), verificando-se, desta forma, um crescimento de 768.197 €, apesar dos Resultados Líquidos do Exercício serem negativos em 97.410 €.

Neste enquadramento considero ser devida uma palavra de apreço a todos os funcionários e **colaboradores da AMTC cuja determinação e profissionalismo foram fundamentais** para alcançar os resultados obtidos para além de inúmeras atividades de manutenção do edifício, em termos de pintura de salas e corredores, colunas, janelas, equipamentos e outros.

Por outro pôde reorganizar-se com a aquisição e implementação de uma nova base de dados que permite a gestão de clientes e eventos em moldes mais fiáveis, flexíveis, integradora de todos os serviços.

Acresce ainda, a articulação de procedimentos conjuntos com players do setor dos eventos bem como contactos frequentes e clarificadores dos diferentes momentos do processo de cada evento junto das competentes entidades governamentais e sanitárias.

A falta de orientações claras e necessárias à realização de eventos foram problemas difíceis de ultrapassar, situação facilmente entendível, se enquadrarmos no tempo as circunstâncias da pandemia e a complexidade de articulação das medidas vigentes e em constante modificação e interpretação.

Assinala-se como facto marcante e de inegável valor patrimonial e de interesse e utilidade pública, a recuperação do Guindaste, ícone de referência do edifício da Alfândega e que se encontrava em estado de degradação muito avançado e preocupante. O custo desta recuperação foi de aproximadamente cento e setenta mil euros. Valor de importante significado museológico, cultural e o de maior expressão em termos dos investimentos feitos em 2021.

Porto, 23 de março de 2022.

O Conselho de Administração,

Presidente,



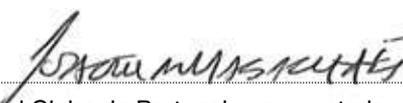
Dr. Mário Nuno dos Santos Ferreira

Vice-Presidente,

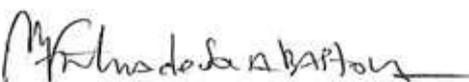


Universidade Católica do Porto,
representada por Prof. Doutor Alberto de Castro

Vogais,



Automóvel Clube de Portugal, representada por João Nuno Magalhães



Universidade do Porto, representada por Doutora Maria de Fátima Vieira



Diretor executivo

A atividade desenvolvida durante o ano de 2021 na Alfândega do Porto quer no âmbito do Centro de Congressos quer no âmbito do Museu, Serviços técnicos, Contabilidade, Recursos Humanos e Jurídicos pautou-se por uma postura de permanente entusiasmo, adequação e proatividade relativamente às dificuldades diárias, resultantes, no essencial, da imprevisibilidade das consequências do covid-19.

Manteve-se a filosofia de atuação identitária da AMTC na defesa dos valores, visão e missão constantes dos nossos princípios e cultura organizacional, plasmados nas opções estratégicas e plano de atividades do ano de 2021. Em síntese, avaliamos como muito positiva a nossa ação em termos culturais, museológicos, expositivos, comerciais, temáticas de importante significado, apelativas à participação de visitantes e congressistas, unidos no princípio transversal de sucesso e notoriedade dos eventos.

O inesperado contexto, quer pela sua surpresa quer pela sua duração, trazido pela pandemia, em muito afetou a área de negócios na qual a Alfândega do Porto se movimenta. Só a capacidade de ousar pensar de forma disruptiva, aliada à resiliência, permite olhar o futuro com expectativa, mas com a certeza de que a marca sedimentada nos últimos continuará a ser uma referência para o país, mais concretamente para a cidade invicta.

As áreas instrumentais, Contabilidade, Recursos Humanos, Serviços Técnicos e Jurídica, prestaram contributos indispensáveis para os resultados alcançados.

A cultura organizacional assumiu-se como agregadora de todos os contributos e conhecimentos relevantes para a criação de uma rede de comunicação interna e externa entre colaboradores e clientes, agilizando procedimentos, fomentando o saber e o conhecimento, a comunicação e a disponibilização permanentes, em suporte documental ou digital, aptos a responder a questões e dúvidas e a aproximar todos os intervenientes no processo de decisão, onde o cliente é sempre o foco principal das nossas preocupações.

A permanente e regular consulta e audição dos clientes, parceiros e visitantes, permite-nos conhecer, em tempo real, as suas opiniões, críticas, anseios e, conseqüentemente, a monitorizar e adequar quaisquer procedimentos. Esta situação é ainda enfatizada pela avaliação dos inquéritos realizados pós evento.

No que concerne à avaliação referente ao ano de 2021 consideramos merecedores de especial destaque os seguintes factos:

- + O EBITDA referente ao ano de 2021 foi positivo em cerca de 117 mil euros e superior ao ano de 2020 em aproximadamente 768 mil euros, valores muito significativos no contexto pandémico.
- + Atividade cultural e museológica dominada pela Exposição “Arte do Falso” realizada em cooperação com a Polícia Judiciária e que integrou todo o espólio daquela polícia, conseguido ao longo dos seus 75 anos de atividade, evocados e comemorados com esta exposição tal como os 150 anos do início de atividade da Alfândega do Porto.
- + Na exposição “Arte do Falso” ficou também patente a pegada social da AMTC ao viabilizar uma iniciativa de âmbito e interesse nacional, informativo, formativo, pedagógico para todos os visitantes com especial relevo para o público mais jovem em temáticas tão complexas e atuais como as do crime organizado nos mais diversificados domínios da sua incidência.
- + Numa perspetiva mais comercial, mas nem por isso de menor interesse para a Alfândega, a exposição Porto Legends, experiência imersiva, com grande diversidade temática, que

abrangeu a obra de artistas como Klimt, Monet ou Leonardo Da Vinci, manteve-se aberta durante todo o ano, com exceção dos períodos de encerramento obrigatório por determinação legal, valorizando desse modo a agenda cultural e oferta expositiva permanente da cidade do Porto.

A este propósito, deverá realçar-se a continuação da abertura ao público desta exposição, durante o ano de 2022.

- + Eventos Internacionais como por exemplo, a Cimeira Social ou Womex aconteceram na Alfândega do Porto, único espaço do Norte de Portugal que reúne todas as condições para receber eventos desta dimensão e relevância não só pelas características impares do edifício em termos arquitetónicos, enquadramento paisagístico – zona classificada como Património da Unesco e edifício em vias de classificação como Monumento Nacional –, mas também o único que dispõe de um número de salas autónomas em quantidade e qualidade capazes de albergar em simultâneo, reuniões paralelas às atividades a decorrer em plenário
- + Por fim não é demais evidenciar a excelência do edifício da Alfândega, pela sua arquitetura secular, pela sua modernidade e adaptação às exigências da atualidade, infraestruturas técnicas e tecnológicas, funcionalidade, adequação às exigências ecológicas, notoriedade nacional e internacional e como edifício marcante da atividade comercial para a cidade do Porto e para o País e que continua nos dias de hoje, com a metamorfose da sua atividade a manter toda a proeminência comercial, cultural e museológica bem como referência do Porto e do Norte em termos de contributo para a economia regional e nacional.

De acordo com o Estudo efetuado pela EY Parthenon sobre o Impacto Económico do Complexo Económico-Cultural da Alfândega do Porto entre 2014 e 2019, os resultados obtidos são:

- + “Entre 2014 e 2019, o CECAP gerou cerca de 297 milhões de euros de produção nacional, 144 milhões de euros de valor acrescentado bruto, 64 milhões de euros em remunerações, 17 milhões de euros em receitas fiscais, tendo ainda contribuído com 30 milhões de euros para a balança comercial nacional. Em

termos médios, anualmente, estas atividades permitem suportar 834 postos de trabalho em equivalente a tempo completo.”

- + “O período 2016 a 2019 foi pautado por um crescimento acelerado do negócio no CCAP, com a atração crescente de eventos internacionais, o que permitiu aumentar de forma significativa os seus impactos totais na economia regional e nacional. Com efeito, neste último ano, o valor bruto de produção do CECAP superou os 70 milhões de euros e o valor acrescentado bruto chegou perto dos 34,5 milhões de euros, suportando mais de 1.100 postos de trabalho diretos e indiretos na economia portuguesa.”
- + Anote-se que sendo a AMTC uma entidade de utilidade pública importa sublinhar que as atividades desenvolvidas mantêm o enquadramento estatutário da sua criação, os resultados financeiros obtidos revertem a favor da sua preservação, manutenção e melhoria do edifício, constituindo este per si, o melhor espólio museológico da AMTC e a Alfândega um museu de excelência patrimonial, histórica, arquitetónica e cultural e cada vez mais atrativo aos visitantes, justificando assim, o adequado investimento na definição de circuitos de visitação com recurso ao multim dia, realidade virtual e digitalização.
- + A certificação da boa gestão também econ mica da AMTC e absolutamente indispensável para a preservação qualificada e adequada às boas práticas ecológicas e climáticas, tecnológicas, contributivas da economia nacional estão consignadas nos dados constantes de estudo acima referido acerca do impacto socioecon mico do Centro de Congressos da Alfândega realizado pela EY Parthenon.
- + O Auto de Cessão a título precário e gratuito foi assinado no dia 18/10/1999 com a Direção Geral do Patrim nio, Ministério das Finanç s, pelo prazo de 25 anos a contar da data da sua assinatura e renova-se por sucessivos e iguais períodos de 10 anos se qualquer das partes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com a antecedência não inferior a 3 anos relativamente ao termo do prazo ou sua renovação.

Assim, podemos informar que não tendo havido qualquer notificação nos termos acima referidos o auto de cessão será prorrogado por mais dez anos, com efeitos a 18 de outubro de 2024.

- + Marcante e revelador de moderna postura social e gestão inteligente dos recursos humanos em linha com o empenhamento e determinação da estrutura, assinala-se a decisão da Administração e em especial do seu Presidente, Dr. Mário Ferreira, que sem prejuízo do recurso ao *layoff* quando o mesmo se tornou absolutamente incontornável, tal facto não implicou qualquer diminuição de remuneração para qualquer funcionário.

O Diretor Executivo,

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke, positioned above the printed name.

António Alberto Gouveia Santos



Centro de Congressos da Alfândega do Porto

Olhando em retrospectiva, 2021 foi um ano de grandes desafios e muita incerteza, marcado por uma pandemia mundial, mas que se tornou também numa prova da nossa capacidade de recuperação, resiliência e reconquista.

Acolhemos 77 eventos e alcançamos o valor de 1.000.793 € em receitas originadas pela cedência de espaços, +96% em comparação ao ano anterior.

Pese embora as consequências da pandemia, os resultados demonstram a força e vitalidade deste centro de congressos.

Iniciamos o ano com a contratualização do estudo “Modelação e Estratégias efetivas na Redução do Risco” de forma a preparar a reabertura do CCA, definindo um conjunto de orientações e recomendações, aplicáveis ao espaço para a realização de eventos possíveis medidas preventivas e adequadas ao conhecimento atual sobre o SARS-CoV-2.

No primeiro semestre recebemos 15 eventos, entre os quais a Cimeira Social do Porto, um evento de enorme relevo na política internacional, onde a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e parceiros sociais discutiram a agenda europeia para a próxima década. A Alfândega do Porto invadiu todas as casas, através da incrível cobertura mediática do evento, e recebeu largos elogios pelas condições exímias que detém para acolher eventos desta importância.



A partir de julho, retomamos a nossa atividade em força. Começamos a receber eventos com uma frequência mais animadora e até ao final do ano não paramos.

Iniciamos o segundo semestre com eventos de relevância, como o *Kick-Off* da Liga Portuguesa de Futebol, o lançamento do novo *Mustang* e o *Mayors Forum* da Câmara Municipal do Porto.

Nos últimos 4 meses do ano, atingimos o valor de 651.551 €, cumprindo 72% do orçamento total.

Em setembro acolhemos 14 eventos, entre os quais o habitual *Capital do Móvel*, a primeira feira pós-confinamento (à semelhança de 2020), e o *Porto Beer Fest*, o primeiro festival ao ar livre, pós-pandemia, na cidade do Porto.

Seguiu-se outubro, que foi o melhor mês de sempre a nível de faturação desde que existe o centro de congressos. Entre outros, recebemos a *Modtissimo*, maior feira ibérica da área têxtil, o *Salão Automóvel Híbrido e Elétrico*, uma referência nacional e internacional na área da sustentabilidade, e o *Portugal Fashion*, que reabriu finalmente os seus desfiles ao público. Estes eventos já fazem parte da identidade do centro de congressos.

Outubro foi ainda o mês do maior evento do ano, a *WOMEX (World Music Exhibition)*, um evento cultural internacional de enorme escala que tomou a cidade do Porto. Artistas, agências e simples interessados na música do mundo juntaram-se na cidade para conhecer novos artistas e estilos musicais, passando por todos os edifícios mais icónicos da cidade como o Coliseu, Rivoli e Hard Club. A Alfândega foi a orgulhosa sede do evento, juntando zona expositiva e conferências, e recebendo cerca de 2000 participantes de todo o mundo em cada dia do evento.

Novembro foi o mês com maior número de eventos. Acolhemos 20 eventos, entre os quais a *Expo Maratona*, o *Fórum de Dermatologia*, a *Feira Cannadouro*, e o *European Rail Safety Days*.

Em dezembro, recebemos 10 eventos, tais como o *Dia Internacional do Voluntariado*, e o *Concurso Europeu de Jovens Designers da ModaPortugal*.

Acreditamos que o sucesso de 2021 se deve à estratégia definida pela administração deste centro de congressos, que se focalizou em manter os seus recursos humanos no ativo, de forma a poder dar o acompanhamento necessário aos clientes, nomeadamente para o reagendamento dos eventos que se viram impossibilitados de acontecer nas datas previstas.

Para além dos vários eventos recebidos, o centro de congressos dedicou-se à digitalização dos seus processos, nomeadamente através da implementação de uma nova base de dados, muito mais ágil, eficaz e organizada do que a anterior. Através de uma significativa melhoria tecnológica, já é possível dar uma resposta mais célere aos nossos clientes e garantir que todo o processo da realização do evento é gerido de forma mais eficiente, envolvendo todos os departamentos numa ferramenta só.



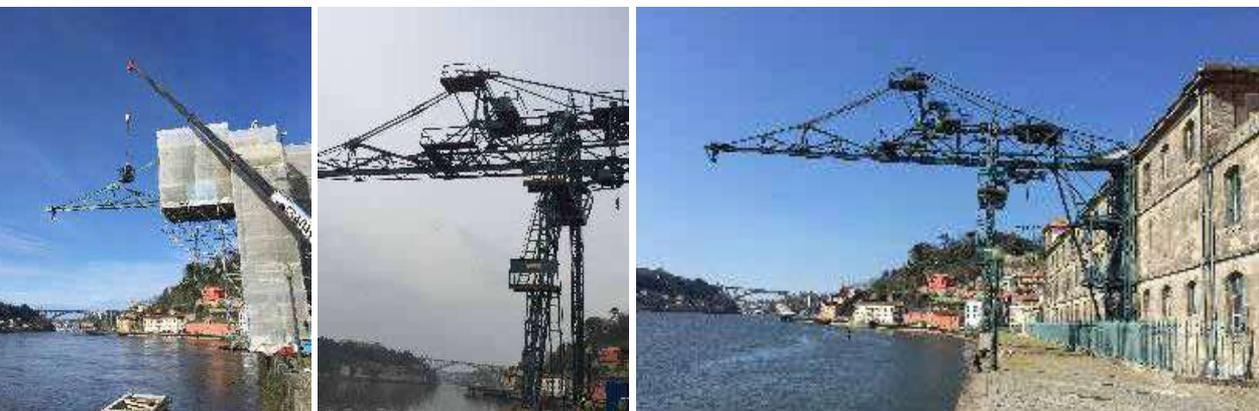
Atividade museológica e cultural

O relatório, que apresentamos, faz uma síntese da atividade desenvolvida pelo Museu ao longo do ano de 2021 o qual foi alvo de algumas alterações ao programa inicialmente previsto devido ao agravamento da situação pandémica no início do ano o qual se refletiu no encerramento do Museu ao público entre 15 de janeiro e 1 de junho.

A maioria dos elementos da equipa do Museu esteve ausente ao abrigo das medidas preconizadas pelo *layoff* deste período as quais mantiveram intactos todos os direitos dos trabalhadores. Uma parte da equipa da AMTC manteve-se permanentemente ao serviço pelo que foi possível dar continuidade a projetos em curso e até delinear novas ações.

Apesar das condições adversas, conseguimos concretizar ações nas quais estiveram permanentemente presentes dois fios condutores: a crescente valorização do Edifício da Alfândega e o reforço da responsabilidade social da AMTC que se objetivam na dinâmica cultural desenvolvida de forma presencial ou através de meios digitais mantendo e cativando públicos para o acompanhamento permanente da atividade do Museu.

Identificamos as principais linhas de atuação e as atividades práticas realizadas com participação de diversos públicos os quais são também alvo de uma análise anual e comparativa em relação a públicos dos anos anteriores.



Valorização do Edifício da Alfândega

Em pleno período de confinamento os **trabalhos de beneficiação e conservação do Guindaste DEMAG**, conhecido na gíria aduaneira por “Girafa”, iniciados em outubro de 2020, tiveram continuidade tendo a obra sido dada por concluída no final de fevereiro. A complexa e arriscada intervenção, atendendo à localização desta estrutura no cais da Alfândega e mesmo junto ao leito do rio Douro, alcançou o sucesso desejado estando agora preparada e protegida contra as agressões ambientais (corrosão, dejetos de aves marinhas) o que lhe vai conferir uma maior longevidade como testemunho da história aduaneira. Recordamos a importância de que esta intervenção se revestia não só pelos visíveis e graves sinais de degradação física que apresentava, mas também porque o processo em curso para a Classificação do Edifício da Alfândega como Monumento Nacional inclui também o Guindaste DEMAG.

No dia 14 de janeiro o Museu, a convite da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo – Marco de Canaveses (Curso Técnico de Animação em Turismo na Escola Profissional de Arqueologia) deu o seu testemunho, via streaming (<https://www.youtube.com/c/EnsinarComPatrimonio>), nos **Encontros “Ensinar com o Património”**. A apresentação, designada “Alfândega Nova: porto de (re)encontro”, partilhou informação sobre a constituição da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, a adaptação do Edifício da Alfândega Nova para os seus novos usos enquanto Museu e Centro de Congressos e as várias atividades desenvolvidas (exposições, visitas temáticas, oficinas...) que permitem valorizar e partilhar a memória deste espaço aduaneiro com os

diversos visitantes do Edifício (turistas nacionais e estrangeiros, grupos escolares, grupos profissionais, etc).

No âmbito dos apoios disponibilizados pelo Direção-Geral do Património, através do programa ProMuseus 2021, para financiamento de projetos apresentados por museus da Rede Portuguesa de Museus que contribuam para apoiar a sustentabilidade do seu funcionamento e captação de públicos em contexto pós-covid-19 o Museu apresentou uma candidatura para a conceção, produção e dinamização de uma **exposição itinerante designada “Alfândega: Museu fora de portas”** na área 6: Mediação e Educação. A candidatura mereceu parecer positivo e o valor orçamentado com o projeto, na ordem dos 10.091€, vai contar com um apoio de 60% ao abrigo do ProMuseus. Com a itinerância da exposição por escolas, juntas de freguesia, associações, instituições de saúde, entre muitas outras visamos a promoção da história aduaneira e a memória patrimonial específica da Alfândega do Porto procurando igualmente cativar visitantes para um retorno ao espaço físico do Edifício no período pós-pandemia.

De modo a associar o Edifício da Alfândega a projetos de maior alcance social e territorial, a AMTC em conjunto com a Fundação Consuelo Vieira da Costa, com o Município de Braga e com a Comunidade Inter-Municipal do Alto Minho, participou, durante o ano de 2021, no **projeto “Encontro Luso-Galaico”**.



O projeto Luso-Galaico, alicerçado no Fado e na Música Tradicional Portuguesa, teve como objetivo o levantamento, tratamento e divulgação do património material e imaterial das regiões do Alto Minho e Braga com foco na Música Tradicional, através da construção de um Cancioneiro, da composição de poesia para Fado, envolvendo e integrando as

comunidades locais na recolha de músicas e oficinas de escrita e na apresentação dos resultados destas criações e recolhas, de forma a que se estabelecessem novas ligações e novos significados do património e do turismo na região do Alto Minho, diversificando e captando novos públicos-alvo e reforçando os laços identitários e a promoção da cultura luso-galaica.

A Sala do Infante, na Alfândega do Porto, foi o “cais” final de todo este périplo, tendo acolhido a 7 de outubro o espetáculo musical de apresentação do CD e do Songbook que agregaram os resultados de todo o projeto.

A participação da AMTC neste projeto constitui uma excelente oportunidade para expandir para fora de portas o âmbito da sua responsabilidade social a qual tem contribuído para uma maior acessibilidade dos cidadãos com as práticas culturais nas quais se pretende que tenham um papel duplamente ativo de construtores e usufruidores.

O reconhecimento do Edifício da Alfândega e das características ímpares dos seus espaços levou a que a equipa de produção da RTP, responsável pelo **programa “A Hora dos Portugueses”**, o elegesse como cenário para a gravação de um deste programa. O apresentador Jorge Gabriel deu voz a várias histórias de sucesso de cidadãos portugueses espalhados pelo mundo enquadrado em espaços como: Cais da Alfândega, Salão Nobre, Furnas Nascente, Sala do Arquivo, exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes” e Biblioteca da Alfândega. Mais uma vez se destacou a relação do Cais da Alfândega como elemento associado à diáspora dos portugueses pelo mundo.



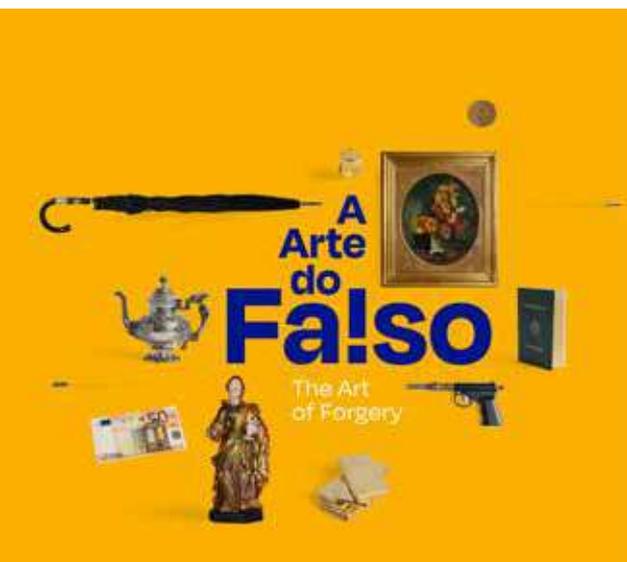
Não apenas as exposições promovidas pelo Museu mas também a **apresentação no Edifício da Alfândega de exposições promovidas por entidades externas** comprovam o reconhecimento e valorização deste espaço como um espaço único na cidade e na região Norte, com características ímpares (história, localização, facilidade de acessos, proximidade com Centro Histórico...), onde os visitantes acedem com facilidade e onde encontram propostas culturais atuais e interessantes, com capacidade para cativar e envolver toda a família em experiências diversas e marcantes. Em 2021 o Cubo manteve ativa a sua Galeria Imersiva com as apresentações multimédia: Porto Legends – The Underground Experience, Impressive Monet & Brilliant Klimt, Il Divino Michelangelo & Il Genio Da Vinici e O Fabuloso Circo de Natal.

A exposição temporária “A Arte do Falso”, inaugurada no dia 9 de outubro de 2020, integrou-se nas comemorações dos 150 anos do início da atividade aduaneira no Edifício da Alfândega e no 75º aniversário da Polícia Judiciária e resultou da estreita parceria estabelecida entre a AMTC e a Polícia Judiciária – Diretoria do Norte.

A exposição manteve-se aberta ao público, como inicialmente previsto, até ao dia 30 de dezembro de 2020 e, em virtude do confinamento decretado devido à situação da pandemia em Portugal, apenas reabriu para um novo período de acesso ao público no dia 17 de junho de 2021. Nesta mesma data, e de modo a ampliar a divulgação sobre a sua reabertura, realizou-se no Salão Nobre a **conferência “A Arte do Falso”** que contou com cerca de 130 participantes. As comunicações estiveram a cargo de:

- + Pedro Silva – Coordenador de Investigação Criminal da Polícia Judiciária – Diretoria do Norte
- + Carlos Evaristo – especialista em Falsas Relíquias e Falsos Títulos Nobiliárquicos
- + Nicolas Descharnes – especialista em Falsas obras de Salvador Dali

No seu segundo período de abertura ao público a exposição “A Arte do Falso” continuou a disponibilizar visitas orientadas com diferentes formatos adaptados a diferentes públicos:



- + Atividades práticas no Laboratório da Polícia Judiciária (recolha de impressões digitais, retrato robô, identificação de elementos de segurança em documentos...). Às terça e sextas mediante marcação prévia;
- + *Peddypaper* “O Falsificador Misterioso” para famílias e grupos com gosto pela investigação;
- + Visitas de grupo orientadas para conhecimento mais aprofundado sobre o tema (mediante marcação).

Nos dois períodos de abertura ao público e apesar das várias condicionantes de acesso de visitantes colocadas pela pandemia, a exposição registou um total de 7.898 visitantes.

Responsabilidade social

A responsabilidade social da AMTC, inerente ao Auto de Cessão estabelecido em 1999 com o Estado Português, tem-se concretizado através da renovação do Edifício, da sua animação, da partilha da sua história com públicos diversificados procurando manter viva a importância da instituição aduaneira na cidade, na região e no país. Para estes fins tem sido crucial a ação cultural do Museu dentro e fora de portas onde proporciona momentos de contacto e de fruição cultural junto de públicos específicos e com os quais procura estabelecer uma relação de proximidade a qual possa, em alguns casos, potenciar visitas ao Museu.

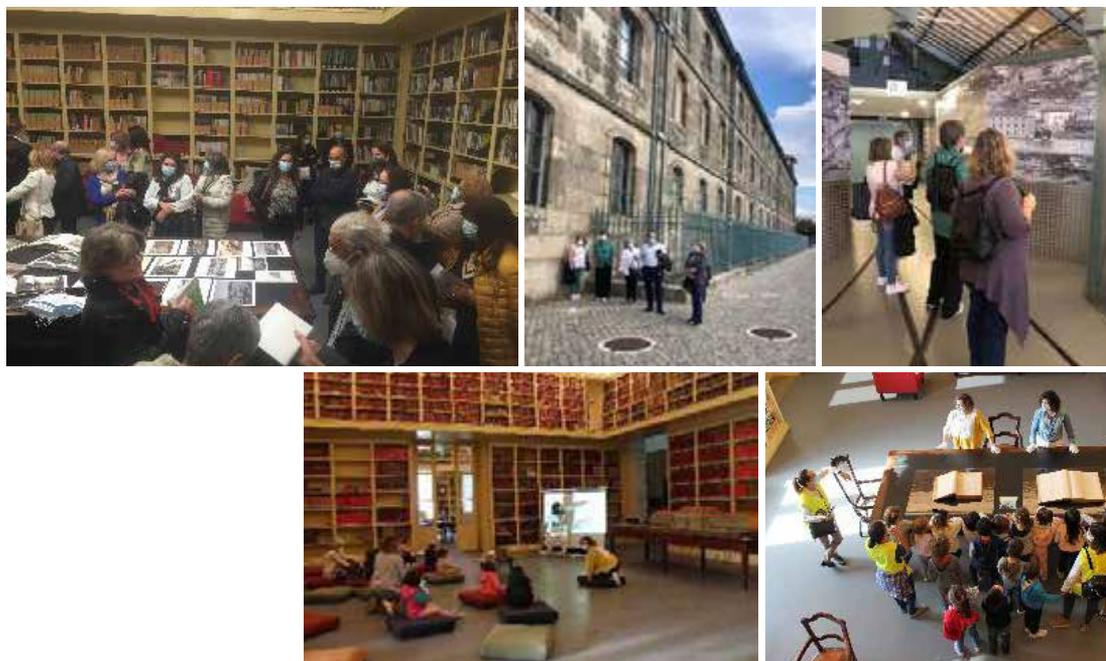
Devido às restrições impostas pela pandemia algumas ações deixaram de ser realizadas com presença física nas instituições e tiveram continuidade por via digital.

Neste contexto, o Museu deu continuidade ao projeto “**Hora do Museu**” nas **Pediatrias** das seguintes unidades hospitalares: Hospital de S. João (Joãozinho e Cirurgia Pediátrica), IPO e CMIN – Centro Materno Infantil do Norte onde, mensalmente, são partilhadas histórias, curiosidades, objetos associados ao Museu com crianças, familiares que acompanham as crianças no internamento/consultas, técnicos de saúde e educação e voluntários. As histórias foram lidas e gravadas em vídeos que ficaram acessíveis às equipas educativas e às famílias através do Youtube e Facebook do Museu.

No mês de outubro o Museu correspondeu ao desafio lançado pela equipa educativa do IPO e participou na **exposição “Chapéu com ATTITUDE”**. A Attitude é uma associação dedicada aos cuidados paliativos pediátricos que em 2016 lançou a iniciativa Chapéu com Attitude como campanha de sensibilização para recordar que em Portugal existem mais de 6 mil crianças e jovens com necessidades paliativas. O Chapéu produzido pelo museu integrou elementos associados ao Edifício da Alfândega e aos temas das suas exposições.

No dia 7 de dezembro de 2021 dois elementos da equipa do Museu participaram numa **Formação no Hospital de Santo António** sobre regras de higienização de modo a preparar o grupo de voluntários para o regresso presencial às atividades lúdicas nos espaços hospitalares logo que a situação pandémica assim o permita.





A responsabilidade social da AMTC refletiu-se noutros campos de atuação como na **Biblioteca do Museu da Alfândega** (continuidade de catalogação e organização), nas exposições permanentes, nas atividades regulares de animação, nas atividades de colaboração com a comunidade as quais foram alvo de divulgação através de diversos meios ao dispor do Museu.

No dia 25 de outubro foi assinalado o **Dia da Biblioteca Escolar** através da dinamização da “**Hora do Conto**” na **Biblioteca da Alfândega** com destaque para a leitura animada do conto “Zé do Saco: o contrabandista”. Usufruiu desta ação a instituição Casa Madalena de Canossa “vizinha” da Alfândega.

Na área da **Museologia** foram igualmente dados passos importantes no que diz respeito à gestão do património museológico em Reserva. Destacamos três ações desenvolvidas em 2021:

- + **doação de coleção de património ferroviário**, associado a duas antigas estações do Porto: Estação da Avenida de França e Estação de Contumil, à **Fundação do Museu Nacional Ferroviário** de modo a ser avaliada e poder vir a integrar o espólio do respetivo Museu e, deste modo, ficar acessível ao público;
- + **doação de painéis** dedicados aos transportes de duas rodas ao **Clube Português de Automóveis Antigos** para apresentação na sua nova sede do Porto;

- + seleção de parte da **coleção fotográfica da AMTC “Alfândega Nova: o Sítio e o Signo”** para exposição nos passadiços nascente e poente da Alfândega no segundo semestre do 2021 e assim diversificar a oferta cultural do Museu.

Ainda na dinâmica **“Museu fora de portas”** o Serviço Educativo do Museu deslocou-se ao Infantário “Pompom”, na cidade do Porto, onde dinamizou, no dia 14 de julho, uma apresentação sobre a Alfândega e o Museu recorrendo a diversos objetos alusivos: miniaturas automóveis, balança, carimbos, crachás...

Exposições permanentes

A exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes”, durante o seu período de encerramento ao público, e mesmo após a sua reabertura em junho, foi palco da tão desejada **ação da ação de conservação e restauro dos quatro hipomóveis** representativos da 1ª República: Landau, Brougham, Clarence e Caleça. A ação foi adjudicada pela Secretaria da Presidência da República ao Centro de Conservação e Restauro – Escola das Artes da Universidade Católica do Porto. No âmbito desta ação realizaram-se duas reuniões de trabalho no local que juntaram elementos da Alfândega, do Museu da Presidência da República, do Museu Nacional dos Coches e do Centro de Restauro para, em conjunto, avaliarem o estado dos veículos e ponderarem as diferentes opções de intervenção que foram levadas à prática.



Divulgação

Através dos meios habitualmente ao dispor como o site institucional, o Facebook, o Youtube e Instagram, mas também através de meios de comunicação social como a Revista Estrelas & Ouriços, Pumpkin, plataforma pportodemuseus, Revista ZEUS, o Museu conseguiu manter a comunicação com o exterior. Regista-se o esforço da equipa em preparar guiões e filmar, com meios próprios, vídeos que disponibilizou digitalmente. Não deixamos de continuar a utilizar os painéis Led instalados nas fachadas nascente e poente da Alfândega e que continuam a dar um precioso contributo na divulgação da programação para o exterior.

O ano de 2021 ficou igualmente marcado pela construção de uma **nova Loja Online**. Autonomizada em relação ao site do Museu, mas também acessível a partir dele, ganhou uma nova apresentação dos produtos e novas funcionalidades no que diz respeito ao modo de encomenda, expedição, pagamento e trocas. O aumento em termos de vendas registado no final do ano refletiu a importância desta ação e do reconhecimento da Loja Online ser também um veículo de comunicação da Alfândega através dos produtos que disponibiliza ao público.

No contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, entre janeiro e junho de 2021, o Museu estabeleceu uma parceria com o Museu Aduaneiro do Luxemburgo que se concretizou na exposição “Metamorfose de Um Lugar: Museu das Alfândegas” com a integração de um uniforme utilizado pelos agentes aduaneiros do Luxemburgo entre 2002 e 2015. Este uniforme foi doado e integrou a nossa coleção aduaneira. Durante o mesmo período de tempo o Museu Luxemburguês apresentou em exposição um uniforme histórico da Alfândega Portuguesa.

No dia 2 de dezembro o Museu participou no **Digital IACM Meeting** – reunião à distância dos museus membros da Associação Internacional de Museus Aduaneiros que assim puderam retomar o contacto e partilhar os problemas, os desafios e as atividades desenvolvidas durante os últimos anos claramente marcados pela pandemia.

Públicos do Museu em 2021

Em 2021 registamos um total de 6.472 bilhetes vendidos. Esta significativa diminuição de visitantes deve-se ao encerramento da Alfândega entre 15 de janeiro e 1 de junho e à substancial redução de visitas de grupos escolares orientadas.

Como os bilhetes adquiridos podem incluir uma ou mais exposições, nomeadamente os bilhetes de grupo em que a visita integra duas exposições/atividades, de modo a corresponder a várias áreas curriculares, é pertinente fazer uma contagem das entradas em cada exposição a qual será sempre superior ao número de bilhetes adquiridos (um bilhete possibilita a entrada numa ou mais exposições). Em 2021 o total acumulado registado foi de 6.565 entradas.

Público por exposição	2017	2018	2019	2020	2021
O motor da República	7161	9476	7601	2523	1873
Metamorfose de um Lugar	5392	5908	4558	2684	1035
Edifício da Alfândega	1769	1074	4625	739	256
A Arte do Falso				4497	3401
Total	14322	16458	16784	10443	6565

Em relação à performance das entradas no Museu ao longo dos doze meses do ano, constatamos no gráfico abaixo que o ritmo das visitas foi acompanhando as medidas de combate à pandemia sendo notória a quebra entre janeiro e junho com o encerramento da Alfândega a visitantes e um aumento nos meses de verão devidas ao fluxo de turistas.

Evolução nº visitantes em 2021





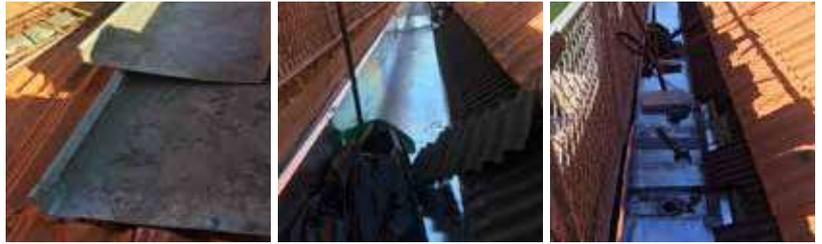
Infraestruturas

As ações de manutenção e ações corretivas mais revelantes no Edifício da Alfândega foram as seguintes:

- + Reparação e pintura da Grua existente no cais (Girafa), colocação da lança que tinha sido retirada para reparação, colocação de sistema dissuasor de aves em todos os perfis do topo da grua e pintura integral.



- + Substituição da Caleira no telhado central do lado do rio por uma de maior profundidade de forma a evitar a entrada de água com pluviosidade elevada.



- + Revisão geral das caleiras do edifício incluindo a colocação de novas juntas de dilatação.



- + Melhoria do escoamento das águas pluviais no Edifício das Oficinas.



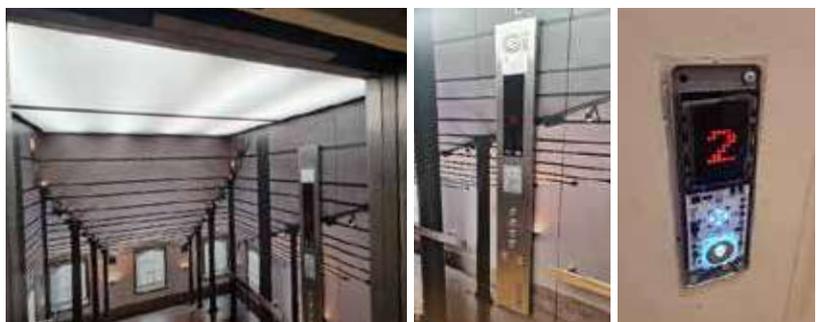
- + Pintura das paredes da Sala da Exposição Metamorfose de um Lugar.



- + Ampliação da cobertura do Sistema automático de detecção de incêndio no Centro de Congressos, bar, Auditório, entrada do edifício, Sala 32 (despachantes), Salão Nobre e o Auditório e ligação da Central de Detecção de Incêndio ao elevador Monta-cargas Poente e a todos os equipamentos de Ar Condicionado existentes no Edifício.



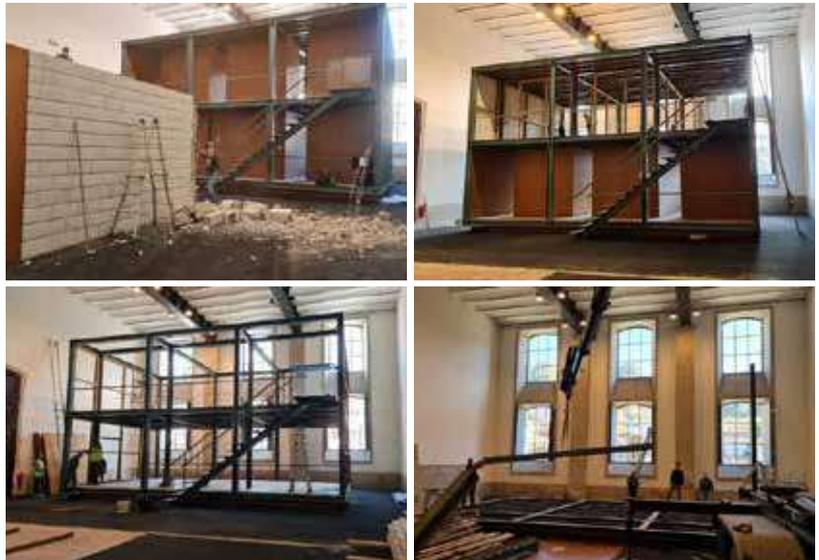
- + Atualização da Central Telefónica da AMTC com a inclusão de extensões IP que podem ser ligadas em qualquer local do Edifício na rede estruturada existente.
- + Modernização dos elevadores do corpo Central, instalados e em funcionamento desde 1998, para o cumprimento da legislação atual que incluiu a substituição dos quadros de comando e a colocação de variadores de velocidade que possibilitam o funcionamento mais suave e grandes poupanças de energia elétrica pela redução das correntes de arranque. Inclusão do sistema de resgate ao piso em caso de falha de energia, módulos de comunicação na cabine, novos detetores eletromagnéticos, novas botoneiras de cabine e de patamares de instalação dos interruptores de segurança da cabina, casa das máquinas e caixa de elevador e alteração da iluminação da cabine para LED.



- + Substituição das armaduras de iluminação da Sala dos Despachantes por luminárias LED, com maior fluxo luminoso e menor consumo.



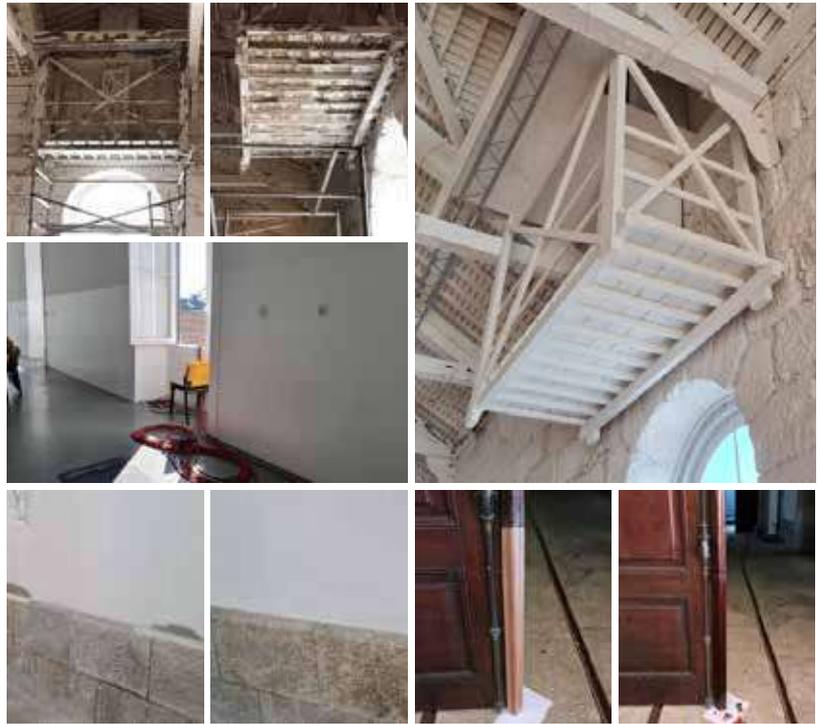
- + Desmontagem do Contentor do Arq. Souto Moura na Sala 36.



- + Colmatar juntas nas pedras no corpo central.



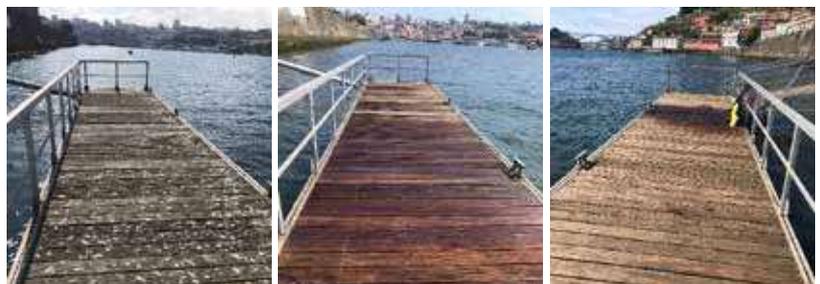
- + Pinturas e reparações de vários espaços do edifício.



- + Revisão geral dos quadros elétricos do Edifício.



- + Manutenção à plataforma de embarque incluindo a lavagem e pintura com óleo teca.



23 / 12 / 190

37 / 3 / 190

Recursos humanos

O sucesso é a soma de pequenos esforços, repetidos dia após dia

Robert Collier

O ano de 2021 foi mais uma prova de **resistência e resiliência** para todos nós. A imprevisibilidade dos tempos atuais coloca-nos desafios constantes.

Não foi um ano fácil. Logo no início e dada a evolução da pandemia, metade da equipa entrou em *layoff* até finais de abril e em maio em retoma progressiva.

Mais do que nunca a união entre os colaboradores tornou-se essencial numa fase em que a **saúde mental** é tão importante. A disponibilidade e o espírito de entreaajuda permitiram atenuar eventuais sentimentos de instabilidade, inquietude e preocupação.

O acompanhamento constante do departamento de Recursos Humanos e da Direção Executiva foi a sinergia perfeita para que estes obstáculos fossem superados. Todas as ações desenvolvidas têm como principal objetivo privilegiar as expectativas e necessidades dos colaboradores.

A AMTC zela pela simbiose da vida pessoal e profissional, traduzindo-se em altos níveis de **motivação**, e consequentemente no sucesso da organização.

Segurança e saúde no trabalho

No ano de 2021, dando cumprimento à legislação em vigor e pensando na saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores, concretizou-se:

- + Realização de consultas obrigatórias e sempre que justificável no âmbito da Medicina no Trabalho;
- + Renovação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e substituição de fardas, essenciais à identificação dos funcionários, garantindo o bom funcionamento da atividade;
- + Questionário anual de consulta aos trabalhadores, no âmbito da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho;
- + Distribuição regular de *newsletters* de prevenção dos riscos profissionais a todos os funcionários;
- + Código de Boa Conduta;
- + Manual de Gestão de Sinistros;
- + Manual de Procedimentos no âmbito do RGPD.

Em contexto pandémico, e no âmbito da prevenção e combate aos riscos biológicos, foi dado seguimento a todas as boas práticas, nomeadamente:

- + Revisão periódica do Plano de Contingência covid-19, de acordo com as atualizações das Normas da Direção-Geral da Saúde;
- + Manutenção da área de isolamento covid-19;
- + Manutenção do *stock* covid-19 que inclui todos os EPIs necessários, assim como produtos de higienização e desinfeção adequados.

Para a concretização destas ações a Medicina no Trabalho e a equipa auditora da APCER, responsável pela atribuição do selo COVID Safe, foram essenciais no acompanhamento e monitorização das medidas implementadas.

Acolhimento de estágios curriculares

Por força da pandemia, em 2021 não foram realizados estágios na nossa Instituição.

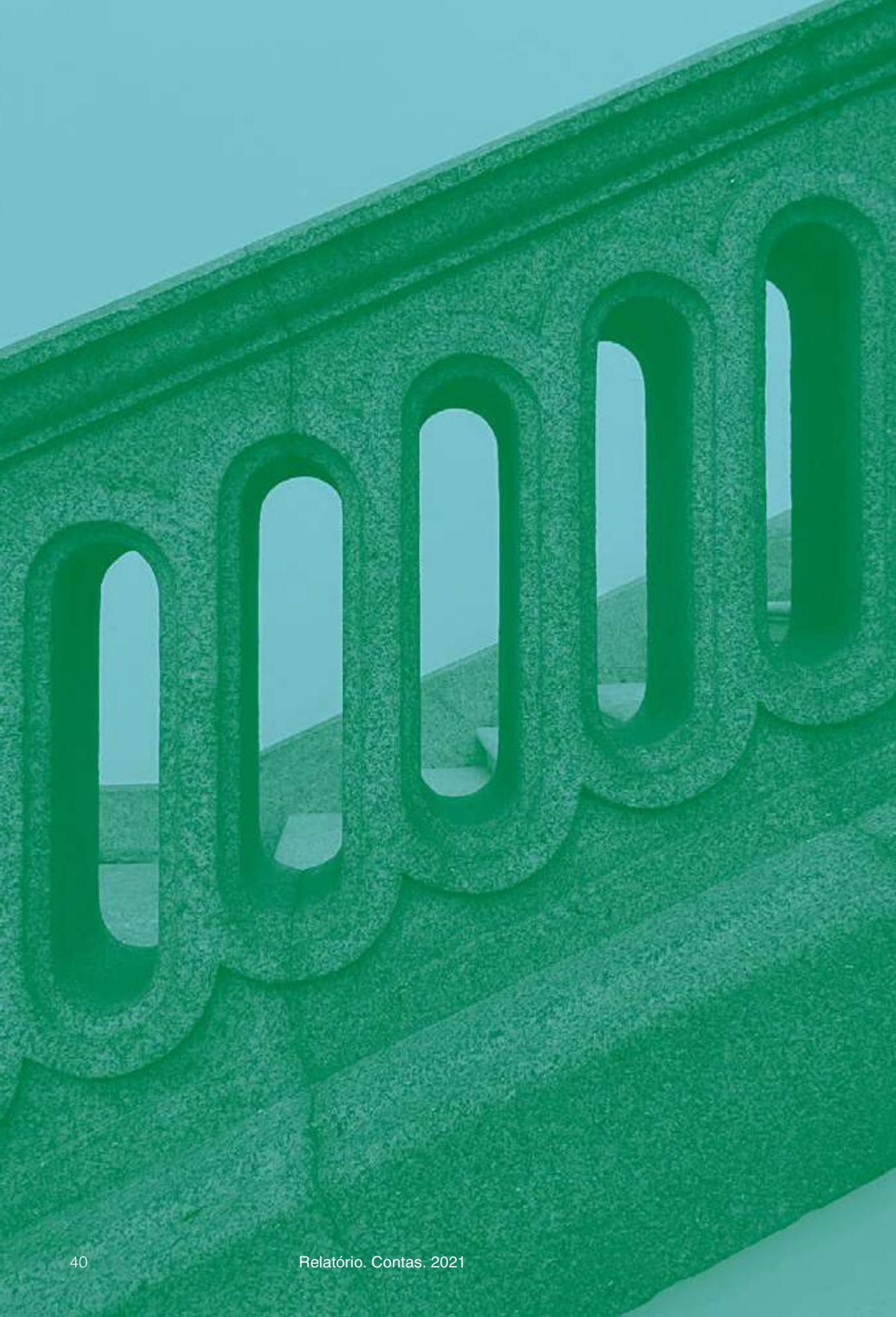
Qualificação

O capital humano é um recurso estratégico essencial para a criação de valor. Nesse sentido, a aposta na sua qualificação é um investimento valioso.

Um membro da equipa manteve o estatuto de trabalhador-estudante, contribuindo para o melhoramento e aquisição de novos conhecimentos.

A grande maioria das formações realizadas em 2021 foram à distância, garantido assim todas as normas de segurança e não colocando em causa o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores.

Assim, em 2021 registaram-se 207 horas de formação, em comparação com as 452 horas de formação de 2020. Esta diminuição é facilmente justificável pelo período em que metade da equipa esteve em *layoff* e retoma progressiva.



Qualidade

A qualidade nunca se obtém por acaso; ela é sempre o resultado do esforço inteligente.

John Ruskin

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) é a estrutura organizacional criada para gerir e garantir a Qualidade, os recursos necessários, os procedimentos operacionais e as responsabilidades estabelecidas. Há semelhança do ano de 2020, também 2021 ficará marcado na nossa memória como um ano difícil, de forte impacto a nível económico, social e ambiental. Neste período, o **envolvimento das pessoas** determinou um progresso positivo do próprio sistema.

A covid-19 continuou a influenciar a evolução da atividade, no entanto, não limitou os pensamentos e a vontade de fazer mais e melhor. Manteve-se o selo Clean & Safe emitido *on-line* pelo Turismo de Portugal e renovou-se o selo **COVID Safe**, atribuído pela APCER. Esta certificação bianual garante que o Edifício da Alfândega do Porto compromete-se e prioriza a saúde e segurança de todos. Este objetivo de restabelecer a confiança assumiu mais uma vez um papel preponderante na gestão.

O dinamismo do SGQ permite a adaptação em tempo útil a eventuais imprevistos, salvaguardando a melhoria contínua pretendida.

O trabalho contínuo traduziu-se em 2021 num índice de satisfação dos clientes do Centro de Congressos de 89,8%, de 93,2% para os visitantes do Museu e 93,9% para os utilizadores da Biblioteca.

O foco da AMTC na Qualidade promove uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes, atividades e processos geradores de valor, através da satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, visitantes e demais partes interessadas.



Recursos financeiros

Situação económica e financeira

O Banco de Portugal projetou um crescimento da economia portuguesa de 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos.

De acordo com boletim económico de dezembro de 2021 publicado pelo Banco de Portugal, a evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a COVID-19, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

Em 2021, a AMTC atingiu um resultado líquido negativo, ainda assim, muito melhor a 2020. A atividade traduziu-se num EBITDA positivo (resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações).

Foram necessárias adaptações na gestão corrente de acordo com a evolução da pandemia, e mais uma vez a prudência consistiu no princípio base para a adaptação necessária. Nesse sentido, nem todos os investimentos previstos para 2021 foram realizados.

Neste Relatório e Contas, vamos analisar as rubricas de maior importância e as que apresentam divergências mais significativas face ao orçamento aprovado para 2021 e à execução do ano anterior.

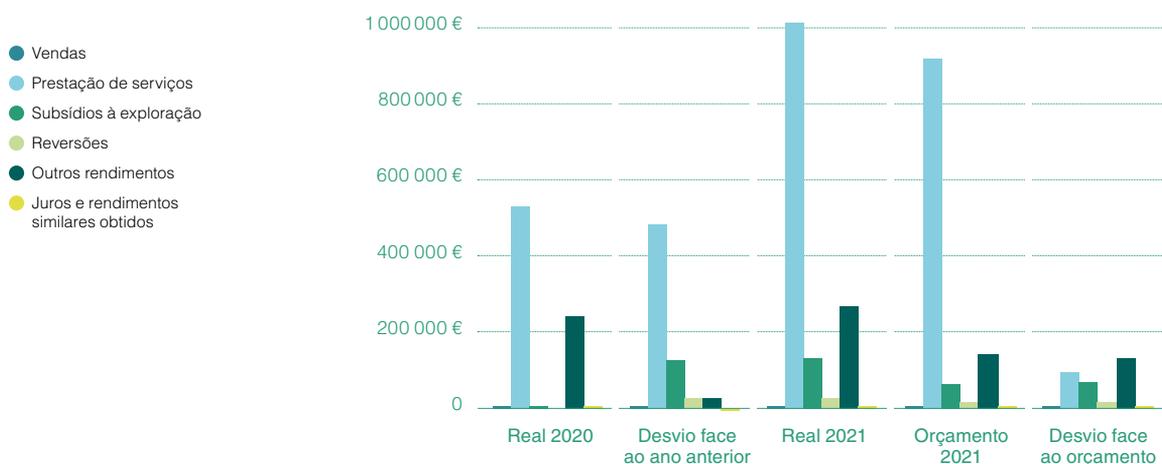
Os **rendimentos** obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 1.435.814 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a um desvio positivo de 27% face ao Orçamento.

O gráfico seguinte demonstra esta situação com maior detalhe:

Rendimentos	Real 2020*	Desvio face ao ano anterior*	Real 2021*	Orçamento 2021*	Desvio face ao Orçamento*
Vendas	511	1 024	1 534	500	1 034
Prestação de serviços	529 548	481 307	1 010 855	918 600	92 255
Subsídios à exploração	1 744	126 174	127 918	60 000	67 918
Reversões	0	27 819	27 819	15 000	12 819
Outros rendimentos	239 832	27 645	267 476	138 900	128 576
Juros e rendimentos similares obtidos	829	-617	212	100	112
Total	772 463	663 351	1 435 814	1 133 100	302 714

* valores em euros

Gastos



Relativamente ao exercício anterior, registámos um aumento nos rendimentos de 663.351 euros. Face ao orçamento de 2021, houve um aumento de 302.714 euros. Os principais desvios ocorreram nas prestações de serviços, que aumentaram 481.307 euros face a 2020 e ficaram 92.255 euros acima do orçamento. Ainda assim, a prestação de serviços com um montante de 1.010.855 euros representa 70% do total de rendimentos da AMTC, com principal destaque para as cedências de espaços.

O valor de subsídios à exploração corresponde às retribuições da Segurança Social no âmbito da COVID-19 (*layoff*, retoma progressiva e apoio excecional à família), do evento “Encontro Luso-Galaico” (Projeto NORTE 2020) e da Medida “Novo incentivo à normalização da atividade empresarial” do IEFP.

A única componente que registou uma diminuição foi a de juros e rendimentos similares, que ficou abaixo 617 euros do alcançado no ano anterior, justificado pelas reduzidas taxas de juro dos depósitos.

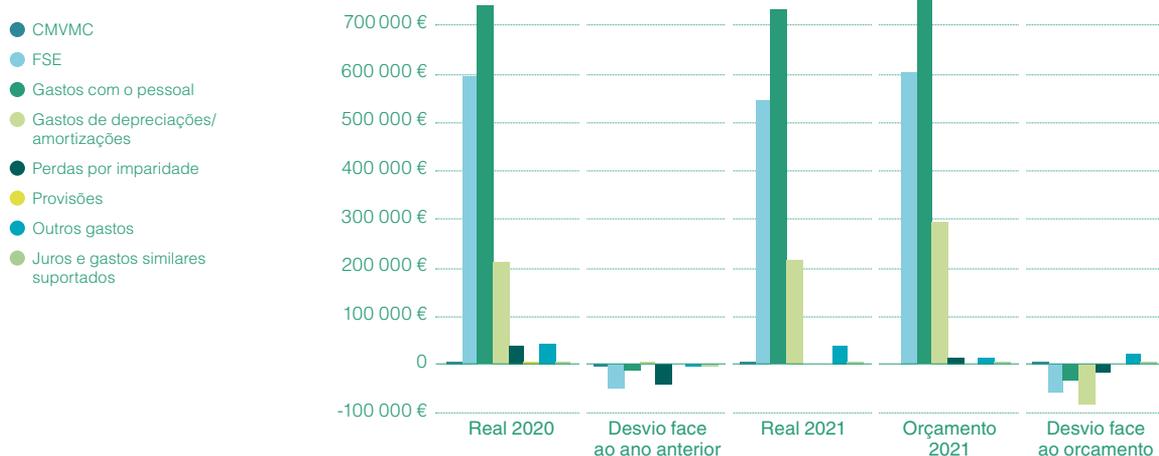
Em 2021, o **total de gastos** fixou-se em 1.533.223 euros mas em 2020 este valor foi de 1.633.866 euros, registando-se assim uma diminuição de 100.643 euros. Se compararmos o total dos gastos com o previsto no orçamento para 2021, verificámos que o valor realizado também ficou abaixo em 159.877 euros do previsto.

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado, todos os valores constantes no quadro abaixo:

Gastos	Real 2020*	Desvio face ao ano anterior*	Real 2021*	Orçamento 2021*	Desvio face ao Orçamento*
CMVMC	1 132	-714	418	0	418
FSE	596 608	-49 493	547 115	603 800	-56 685
Gastos com o pessoal	742 841	-10 939	731 903	765 000	-33 097
Gastos de depreciações/ amortizações	210 428	4 028	214 456	295 200	-80 744
Perdas por reduções de justo valor	0	834	834	0	834
Perdas por imparidade	40 567	-40 567	0	15 000	-15 000
Outros gastos	41 625	-3 350	38 275	14 000	24 275
Juros e gastos similares suportados	665	-442	223	100	123
Total	1 633 866	-100 643	1 533 223	1 693 100	-159 877

* valores em euros

Rendimentos



A rubrica que apresenta o maior desvio é a de fornecimentos e serviços externos (FSE), com um peso de 36% no total de gastos. Em 2021, a COVID-19 continuou a ser um fator impulsionador para a afetação criteriosa e eficiente de recursos.

Os gastos de depreciações e amortizações com um valor de 214.456 euros, apresentam um aumento face a 2020 de 4.028 euros. Em 2021, não foi possível realizar todos os investimentos previstos no orçamento, daí o desvio de 80.744 euros. Outros investimentos ainda se encontravam em curso aquando do encerramento do exercício, e por isso mesmo, só serão depreciados a partir do momento que estiverem concluídos.

Os outros gastos apresentam uma diminuição de 8% face a 2020 justificado essencialmente pela não existência de donativos no ano de 2021.

Face aos elementos anteriores, constata-se que em 2021 o **resultado líquido do período foi negativo no valor de 97.409,54 euros** enquanto que no ano de 2020 havia sido negativo em 861.403,11 euros.

Situação Patrimonial

O total do Ativo em 31 de dezembro de 2021 fixou-se em 3.726.143 euros conforme vem espelhado no balanço. Por sua vez, em 2020 este registava o valor de 3.849.121 euros.

Ao nível dos ativos não correntes, verificou-se uma diminuição resultante das depreciações correntes dos investimentos efetuados e da aquisição de apenas alguns ativos face ao previsto no orçamento. Nos ativos correntes, registámos consideráveis oscilações entre as rubricas. Em caixa e depósitos bancários verificou-se uma oscilação negativa de 139.851 euros e na conta de clientes onde temos uma variação negativa de 137.735 euros. Estes dois desvios resultam fundamentalmente da faturação e recebimento de verbas relativas a eventos. A 31 de dezembro de 2021 estavam pendentes de pagamento 130.550 euros referentes a eventos futuros.

Com a diminuição de receita proveniente dos eventos, foram necessariamente utilizados recursos de anos anteriores. Outra variação também significativa, ocorre ao nível da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, isto porque em 2021 o volume de faturação foi superior e por isso mesmo, ao contrário de 2020, o

apuramento do IVA de final de ano originou um valor de imposto a pagar de 26.281 euros.

À data de 31 de dezembro de 2021, a AMTC não tinha dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

No Passivo, registou-se uma diminuição na rubrica de fornecedores correntes de 105.421 euros.

No final do ano os Fundos Patrimoniais ascenderam a 3.149.143 euros.

Constatámos ainda que o financiamento externo sofreu uma diminuição, tendo a AMTC conseguido solver as suas responsabilidades, promovendo até ao momento uma política de diminuição do recurso a capital alheio.

Como principais indicadores da empresa, destacamos os seguintes:

- + Autonomia Financeira = 0,85
- + Solvabilidade Total = 5,46
- + Liquidez Geral = 4,65
- + Endividamento = 0,18

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente mas sim com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a conseqüente capacidade no cumprimento dos seus compromissos não correntes. Dado que atingimos um rácio de 85%, evidenciamos claramente um peso mínimo dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e baixos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos).

Por sua vez a solvabilidade total de 5,46% indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, solvermos os nossos compromissos sem recurso a capitais alheios, o que garante a nossa sustentabilidade e continuidade.

A nossa liquidez geral, com um rácio de 4,65% evidencia um equilíbrio financeiro que analisado em conjunto com o rácio do endividamento nos indica a capacidade de, com os nossos meios próprios enfrentarmos o futuro ficando assim menos vulneráveis e expostos ao exterior.

Apesar do contexto atual de pandemia, os indicadores de estrutura financeira, endividamento e liquidez, foram favoráveis em 2021. A AMTC agilizou práticas para melhorar a eficiência

e controlo das despesas e cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de modo a cumprir o orçamento de 2021.

As ações desenvolvidas, os investimentos realizados e as medidas implementadas foram no sentido de adequar a atividade da AMTC, preparar a retoma e assegurar a continuidade das operações para os próximos exercícios, mediante a informação disponível à data.

Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2021 foi negativo em 97.409,54 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, se propõe aos Senhores Associados a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

Contas

Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2021	2
Demonstração dos resultados	3
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
1. Introdução	6
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais políticas contábilísticas	7
4. Ativos Fixos Tangíveis	17
5. Ativos Intangíveis	19
6. Investimentos financeiros	19
7. Inventários	20
8. Créditos a receber	20
9. Estado e outros entes públicos	21
10. Outros ativos correntes	22
11. Diferimentos	22
12. Caixa e depósitos bancários	23
13. Fundos Patrimoniais	24
13.1. Reservas - Doações	24
13.2. Resultados Transitados	24
13.3. Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	24
14. Financiamentos obtidos	24
15. Outros passivos correntes	25
16. Fornecedores	25
17. Vendas e Prestação de serviços	26
18. Fornecimentos e serviços externos	26
19. Gastos com pessoal	27
20. Aumentos/Reduções por justo valor	28
21. Outros rendimentos	28
22. Outros gastos	29
23. Gastos e rendimentos financeiros	29
24. Imposto do exercício	30
25. Partes relacionadas	32
26. Eventos subsequentes	32
27. Informação adicional COVID-19	33

Balanço em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	1.030.908	1.086.396
Ativos intangíveis	5	10.605	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	3.900	3.751
		1.045.413	1.090.147
Ativo corrente			
Inventários	3.4 e 7	-	-
Créditos a receber	3.5 e 8	279.338	141.603
Estado e outros entes públicos	9	145.934	226.565
Outros ativos correntes	3.5 e 10	7.883	7.798
Diferimentos	11	21.080	16.660
Caixa e depósitos bancários	3.6 e 12	2.226.496	2.366.347
		2.680.730	2.758.974
Total do ativo		3.726.143	3.849.121
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Reservas - doações	3.2 e 13.1	338.148	323.184
Resultados transitados	13.2	2.868.435	3.729.838
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3.11 e 13.3	39.970	97.906
		3.246.553	4.150.928
Resultado líquido do período		(97.410)	(861.403)
Total dos fundos patrimoniais		3.149.143	3.289.525
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	-	764
		-	764
Passivo corrente			
Fornecedores	16	33.324	138.745
Estado e outros entes públicos	9	48.277	22.651
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	8.404	17.431
Outros passivos correntes	15	128.343	127.352
Diferimentos	11	358.652	252.652
		577.000	558.832
Total do passivo		577.000	559.596
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.726.143	3.849.121

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,


António Luís Soares
2

Demonstração dos resultados por naturezas

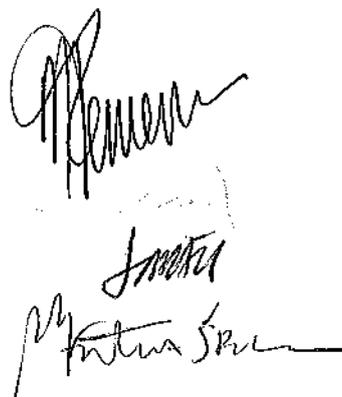
Período findo em 31 de dezembro de 2021

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	1.012.389	530.058
Subsídios, doações e legados à exploração	3.11	127.918	1.744
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(418)	(1.132)
Fornecimentos e serviços externos	18	(547.115)	(596.608)
Gastos com o pessoal	19	(731.903)	(742.841)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.15.3 e 8	27.819	(40.567)
Aumentos/ reduções de justo valor	20	(834)	-
Outros rendimentos	21	267.476	239.832
Outros gastos	22	(38.275)	(41.625)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(117.058)	(651.139)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(214.456)	(210.428)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(97.398)	(861.567)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	212	829
Juros e gastos similares suportados	23	(223)	(665)
Resultados antes de impostos		(97.410)	(861.403)
Imposto sobre o rendimento do período	3.9 e 24	-	-
Resultado líquido do período		(97.410)	(861.403)

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos associados				Total dos Fundos Patrimoniais
	Reservas – Doações e Mecenato	Resultados transitados		Resultado líquido do período	
A 1 de Janeiro de 2020	322.634	2.638.201	160.174	1.091.637	4.212.646
Alterações no período					
Subsídios ao investimento recebidos	-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsídio ao investimento	-	-	(62.268)	-	(62.268)
Aumentos	550	-	-	-	550
Aplicação de resultados	-	1.091.637	-	(1.091.637)	-
	550	1.091.637	(62.268)	(1.091.637)	(61.718)
Resultado líquido do período	-	-	-	(861.403)	(861.403)
Resultado integral	-	-	-	(861.403)	(861.403)
A 31 de Dezembro de 2020	323.184	3.729.838	97.906	(861.403)	3.289.525
A 1 de Janeiro de 2021	323.184	3.729.838	97.906	(861.403)	3.289.525
Alterações no período					
Subsídios ao investimento recebidos	-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsídio ao investimento	-	-	(57.936)	-	(57.936)
Aumentos	14.964	-	-	-	14.964
Aplicação de resultados	-	(861.403)	-	861.403	-
	14.964	(861.403)	(57.936)	861.403	(42.972)
Resultado líquido do período	-	-	-	(97.410)	(97.410)
Resultado integral	-	-	-	(97.410)	(97.410)
A 31 de Dezembro de 2021	338.148	2.868.435	39.970	(97.410)	3.149.143

A Contabilista Certificada,

Sora Cavadas

O Conselho de Administração,

[Assinaturas manuscritas]

Demonstração dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3.5 e 8	1.109.286	726.175
Pagamentos a fornecedores	16	461.825	647.826
Pagamentos ao pessoal	19	731.903	742.841
Caixa gerada pelas operações		(84.441)	(664.492)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	9	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	12	93.098	204.454
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		13.657	(460.038)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 3.15.2 e 4	143.557	368.513
Ativos intangíveis	3.15.2	3.180	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	212	3.251
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	-	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	-
Juros, dividendos e outros rendimentos	23	212	829
Subsídios ao investimento	21	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(143.493)	(370.935)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	-	-
Outras operações de financiamento	3.6 e 12	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	9.792	45.805
Juros e gastos e similares	23	223	665
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(10.015)	(46.470)
Variação de caixa e seus equivalentes		(139.851)	(877.443)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6 e 12	2.366.347	3.243.790
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6 e 12	2.226.496	2.366.347

A Contabilista Certificado,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

[Assinaturas]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS




1. Introdução

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC) foi criada como uma instituição privada sem fins lucrativos, em 21 de fevereiro de 1992.

Em março de 1993 a AMTC foi declarada instituição de utilidade pública.

A 18 de outubro de 1999 foi assinado o auto de cessão do Edifício por parte do Ministério das Finanças à Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, pelo período de vinte e cinco anos a contar da data de assinatura do auto e renovar-se-á por sucessivos e iguais períodos de dez anos se qualquer uma das outorgantes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com antecedência não inferior a três anos relativamente ao termos do prazo ou sua renovação.

Em 14 de dezembro de 2000 foi inaugurado oficialmente o Museu dos Transportes e Comunicações.

A Associação tem como fim:

- a) a criação e manutenção de um Museu de Transportes e Comunicações, composto por coleções ou peças próprias ou que lhe sejam confiadas em depósito;
- b) a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico, relacionadas com os transportes e comunicações;
- c) a criação e manutenção de um centro de documentação sobre transportes e comunicações;
- d) o desenvolvimento por todas as formas do interesse do público quanto à problemática dos transportes e das comunicações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de março de 2022.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AMTC, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sotz Cavadas

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do SNC em vigor em Portugal, nomeadamente, a norma NCRF para as entidades do sector não lucrativo, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Desta forma, a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho e a Portaria 218/2015 de 23 de julho, aprovaram os modelos de demonstrações financeiras e o código de contas específico para as ESNL, respetivamente.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não se verificaram alterações de procedimentos das políticas contabilísticas pelo que as Demonstrações Financeiras são no seu todo comparável às do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a AMTC continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser

preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Concetual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da AMTC, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Conforme vem espelhado na nota 4 deste anexo, procedeu-se ao abate de inúmeros bens sem utilidade e cuja vida útil encontrava-se já expirada, não tendo qualquer impacto nas contas.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Vidas úteis</u>
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	1 a 10 anos
Outras Ativos Fixos Tangíveis	1 a 10 anos

Refira-se que todos os itens do ativo fixo tangível associados ao Edifício e sua recuperação encontram-se a ser depreciados de acordo com o período remanescente consagrado no auto de cessão do Edifício celebrado com o Ministério das Finanças em 19 de outubro de 1999, com um período de vigência de 25 anos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

Sora Cavada

3.2. Doações recebidas

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

De modo a que seja possível a contabilidade espelhar de um modo verdadeiro e apropriado a natureza destes bens, esta rubrica encontra-se desagregada em: "Reservas de doação – Espólio", "Reservas de doação – Títulos", "Reservas de doação – Outros" e "Reservas de mecenato".

No encerramento das contas de 2021, a AMTC apresenta os seguintes valores:

	2021	2020
Reservas	338.148	323.184
Reservas de doação:		
Reservas de doação – Espólio	321.385	306.421
Reservas de doação – Títulos	9.590	9.590
Reservas de doação – Outros	2.173	2.173
Reservas de Mecenato:	5.000	5.000

3.3. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de fundos

patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A AMTC avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitante a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a AMTC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição. Os inventários referem-se, essencialmente, a artigos de *merchandising* alusivos ao Edifício da Alfândega Nova do Porto, ao Museu dos Transportes e Comunicações e ao Centro de Congressos da autoria da *designer* Eugénia da Silva Cunha.

Desde a sua abertura que se tem verificado um baixo volume de vendas, no entanto, em 2021 com a renovação da Loja *on-line* e redução generalizada de preços foi possível inverter esta tendência.

Por uma questão de prudência contabilística, tal como vem prevista na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, registou-se no ano de 2011 uma imparidade pelo valor da totalidade do inventário. A mesma poderá ser revertida no futuro caso o Conselho de Administração considere que os fundamentos e pressupostos da mesma se tenham alterado.

Em agosto de 2010, um Contrato de Depósito e Compra e Venda à Consignação com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP através do qual, passamos a comercializar no nosso espaço designado por “Loja” produtos relacionados com o “Vinho do Porto”.

Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República no âmbito do núcleo expositivo do Museu dos Transportes e

Comunicações dedicado aos carros dos Presidentes da República, denominado "O Motor da República – Os carros dos Presidentes", onde se encontra à venda o catálogo da exposição no regime das vendas à consignação.

Para além destes produtos temos ainda catálogos, canetas, lápis, porta-chaves, suporte de lápis e outros artigos.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.5. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurada ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

3.7. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Sora Cavadas

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AMTC possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A AMTC encontra-se isenta de IRC e imposto do selo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a AMTC tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante

Sofia Cavaco

possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AMTC divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Subsídios e apoios do Governo

A AMTC reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de fundos patrimoniais "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios, doações e legados à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a AMTC detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a AMTC não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a AMTC tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

Sofia Cavadas

3.13. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da AMTC. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMTC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1. Provisões

A AMTC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sotz Cavados

3.15.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu em reservas de doação agrupou-se numa única conta de "Outros Ativos Fixos Tangíveis - Espólio" o valor que a AMTC tem vindo a contabilizar ao longo dos anos dentro desta natureza.

3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AMTC, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à AMTC.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.15.4. Especialização de gastos e rendimentos

A AMTC faz uma real estimativa dos encargos a suportar com férias, subsídio de férias e encargos relativos a 2021 e cuja regularização acontecerá no exercício subsequente.

Sotir Cavado

M
Pass
Suma

4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2020						
Custo de aquisição	13.573.933	54.655	502.116	3.114.893	18.451	17.264.048
Depreciações acumuladas	(13.124.025)	(32.651)	(497.728)	(2.621.907)	-	(16.276.311)
Valor líquido	449.908	22.004	4.388	492.986	18.451	987.737
31 de Dezembro de 2020						
Adições	6.490	-	15.881	19.890	266.827	309.088
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	148.710	-	-	-	(148.710)	-
Depreciação - exercício	(95.965)	(12.756)	(8.129)	(93.578)	-	(210.428)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	59.235	(12.756)	7.752	(73.688)	118.117	98.660
31 de Dezembro de 2020						
Custo de aquisição	13.729.133	54.655	517.997	3.134.783	136.568	17.573.136
Depreciações acumuladas	(13.219.990)	(45.407)	(505.857)	(2.715.485)	-	(16.486.739)
Valor líquido	509.143	9.248	12.140	419.298	136.568	1.086.397

Sara Cavada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2021

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos tangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2021						
Custo de aquisição	13.729.133	54.655	517.997	3.134.783	136.568	17.573.136
Depreciações acumuladas	(13.219.990)	(45.407)	(505.857)	(2.715.485)	-	(16.486.739)
Valor líquido	449.908	22.004	4.388	492.986	18.451	987.737
31 de Dezembro de 2021						
Adições	-	-	8.126	509	134.922	143.557
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	260.248	25.082	399.316	1.822.807	(231.505)	14.231
Depreciação - exercício	(106.419)	(9.248)	(7.997)	(89.613)	-	(213.277)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	(28.952)	(3.630)	(401.511)	(1.827.624)	-	-
Valor líquido	124.877	(9.248)	(2.066)	(93.921)	(96.583)	(55.489)
31 de Dezembro de 2021						
Custo de aquisição	13.931.686	72.477	124.612	1.300.762	39.985	15.469.522
Depreciações acumuladas	(13.297.666)	(51.025)	(114.538)	(975.385)	-	(14.438.614)
Valor líquido	634.020	21.452	10.074	325.377	39.985	1.030.908

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Conforme o referido na nota 3.1 deste anexo, e na sequência da redução da atividade fruto da COVID-19 foi possível fazer-se um abate de inúmeros bens afetos às rubricas de equipamento básico, equipamento de transporte, equipamento administrativo e outros ativos fixos, encontrando-se estes totalmente depreciados e sem utilidade, não tendo qualquer impacto nas contas.

S. de Carvalho

Nesta rubrica encontram-se registados os seguintes bens adquiridos em regime de locação financeira:

	2021		2020	
	Valor bruto	Am Acum	Valor bruto	Am Acum
Equipamento de Transporte	36.990	36.990	36.990	27.744
	<u>36.990</u>	<u>36.990</u>	<u>36.990</u>	<u>27.744</u>

5. Ativos Intangíveis

Em 2021, foi reconhecido como ativo intangível a nova base de dados do Centro de Congressos. Assim sendo, a 31 de dezembro a conta apresentava os seguintes valores:

	2021	2020
Ativos intangíveis		
Custo de Aquisição	11.783	-
Amortizações Acumuladas	<u>(1.178)</u>	<u>-</u>
	10.605	-

6. Investimentos financeiros

Estes ativos são constituídos por valores mobiliários que representam direitos sobre ativos reais, isto é, rubrica destinada à apresentação das quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e com caráter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente.

A 31 de dezembro de 2021, a AMTC reconhece nesta rubrica o valor de 3.899 euros referentes à subscrição de 100 títulos de capital do Crédito Agrícola no valor de 500 euros. O restante valor no montante de 3.399 euros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

Santa Catarina

7. Inventários

Os inventários da AMTC, por critérios de prudência, têm o valor zero na sequência da imparidade feita em 2011 e são constituídos por material à venda na loja. Nos casos em que isso aconteça é feita a correspondente regularização do seu valor. Em 2017, houve um ajuste face às reais existências físicas, não se tendo registado quaisquer alterações desde então. Assim, o detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está descrito de acordo com a seguinte tabela:

	2021	2020
Mercadorias	17.862	17.862
Ajustamentos a inventários (imparidade)	(17.862)	(17.862)
Total inventários	-	-

8. Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a decomposição da rubrica de Créditos a receber, é como se segue:

Descrição	2021	2020
Clientes	279.338	141.603
Clientes cobrança duvidosa	12.748	40.567
Perdas por imparidade acumuladas	(12.748)	(40.567)
Total saldo Clientes - correntes	279.338	141.603

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da cedência de espaços e comissões devidas sobre serviços de *catering* e audiovisuais prestados no âmbito da atividade normal do Centro de Congressos.

Em 2021, a AMTC não constituiu perdas por imparidade, uma vez que os montantes em dívida na sua maioria são referentes a eventos futuros.

Sofia Cavadas

9. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos são os seguintes:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC – imposto corrente 2008 a 2010	145.934	-	145.934	-
IRC – imposto corrente 2011 a 2013	-	-	-	-
IRS - Retenção na fonte	-	8.413	-	8.990
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	26.281	80.631	-
Contribuições p/ seg. social e CGA	-	13.583	-	13.661
	145.934	48.277	226.565	22.651

Em fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 2º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2008/2010 no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor. Em agosto de 2016, a AMTC procedeu de igual modo ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 3º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2011/2013 no valor global de 16.486,92 euros.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado.

No entanto, o Conselho de Administração continua a entender que este pagamento em nada afeta a capacidade da AMTC de exigir o ressarcimento destes montantes, sendo sua convicção que estes valores lhe serão devolvidos.

Em 2020, foi proferida sentença favorável a 2 destes processos. No entanto, a Autoridade Tributária interpôs recurso nos prazos legais para o efeito.

Não existem dívidas em mora a 31 de dezembro de 2021 ao Estado nem à Segurança Social.

No final de 2021, apurou-se um índice de pró-rata definitivo de 91%. Em 2020 foi de 98%.

Sofia Cavada

M
M
Sumter

10. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a decomposição da rubrica de Outros ativos correntes, é a seguinte:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos						
- Subsídios a receber	-	-	-	-	-	-
- Outros	7.254	-	7.254	7.798	-	7.798
Outros devedores e credores						
- Outros devedores	629	-	629	-	-	-
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos correntes	7.883	-	7.883	7.798	-	7.798

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a AMTC tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2021	2020
Seguros	12.039	9.914
Outros serviços	9.041	6.746
Gastos a reconhecer	21.080	16.660
Faturação antecipada de cedências de espaços	358.652	252.652
Faturação antecipada de outros serviços	-	-
Rendimentos a reconhecer	358.652	252.652

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não realizados, como é o caso dos seguros.

S. Silva

Os rendimentos a reconhecer resultam dos contratos negociados com os clientes no âmbito da atividade da AMTC, faturados no ano de 2021 mas cujos eventos apenas se realizarão nos exercícios seguintes.

M
MA
Sumet

12. Caixa e depósitos bancários

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	1.156	952
Depósitos bancários	<u>2.225.340</u>	<u>2.365.395</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.226.496</u>	<u>2.366.347</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerário		
- Caixa	<u>1.156</u>	<u>952</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	955.340	695.395
- Depósitos a prazo	<u>1.270.000</u>	<u>1.670.000</u>
	<u>2.225.340</u>	<u>2.365.395</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>2.226.496</u>	<u>2.366.347</u>

Os outros recebimentos/pagamentos apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa referem-se essencialmente a recebimentos/pagamentos de impostos, nomeadamente, Iva, Segurança Social e Retenções na Fonte.

Sofia Cavada

13. Fundos Patrimoniais

13.1. Reservas - Doações

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

13.2. Resultados Transitados

Resultam dos resultados obtidos nos anos anteriores.

13.3. Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais

A rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" resulta da contabilização dos subsídios ao investimento de acordo com o reconhecimento da vida útil esperada dos respetivos equipamentos.

14. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final dos exercícios de 2021 e de 2020, é como se segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	-
Locações financeiras	8.404	-	8.404	17.431	764	18.195
	<u>8.404</u>	<u>-</u>	<u>8.404</u>	<u>17.431</u>	<u>764</u>	<u>18.195</u>

Sofia Carvalh

15. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes é como se segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de custos						
Férias, sub.férias e enc.	104.143	-	104.143	105.179	-	105.179
Fornec. de investimento	-	-	-	11.665	-	11.665
Outros acréscimos	<u>24.200</u>	-	<u>24.200</u>	10.508	-	10.508
Outros passivos correntes	<u>128.343</u>	-	<u>128.343</u>	<u>127.352</u>	-	<u>127.352</u>

16. Fornecedores

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	(785)	(327)
Fornecedores correntes	<u>34.109</u>	<u>139.072</u>
Fornecedores	<u>33.324</u>	<u>138.745</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor apresentado em adiantamentos a fornecedores refere-se ao carregamento do contrato pré-ativo da conta da AMTC nos CTT- Correios de Portugal, SA.

Por sua vez, o saldo de fornecedores mais significativo refere-se aos gastos de eletricidade do mês de dezembro.

Sofia Cavadas

17. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas de Produtos		
Mercado interno	1.534	511
Sub-total	<u>1.534</u>	<u>511</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Cedências de espaços	1.000.793	510.129
Exploração bar	1.423	6.910
Bilhetes de entrada	5.139	8.908
Quotizações	3.500	3.600
Sub-total	<u>1.010.855</u>	<u>529.547</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>1.012.389</u>	<u>530.058</u>

18. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhos especializados	i)	111.411	143.728
Publicidade e propaganda	ii)	2.009	41.891
Vigilância e segurança		76.954	66.527
Honorários		69.010	69.455
Comissões	iii)	24.638	8.353
Conservação e reparação	iv)	79.637	60.612
Ferramentas e utensílios	v)	7.854	19.909
Material de escritório		2.933	3.163
Eletricidade		62.655	76.901
Combustível		4.830	4.933
Água		8.476	8.211
Deslocações e estadas		11	756
Comunicação		19.320	20.155
Seguros		9.975	8.643
Despesas de representação		2.289	1.979
Limpeza, higiene e conforto	vi)	56.989	54.349
Outros		8.124	7.043
Fornecimentos e serviços externos		<u>547.115</u>	<u>596.608</u>

- i) **Trabalhos especializados:** representam os serviços prestados por terceiros indispensáveis ao normal funcionamento da AMTC. Cerca de 46.000 euros estão relacionados com o Encontro Luso-Galaico, que foi realizado no âmbito do Projeto Norte 2020, e por isso mesmo, este montante está também refletido na conta de subsídios, doações e legados à exploração.
- ii) A rubrica de **publicidade e propaganda** no ano de 2021 corresponde às publicações periódicas em revistas especializadas na área dos eventos.
- iii) O valor a título de "**comissões**" pagas a empresas organizadoras de eventos apresenta um considerável aumento face ao valor registado no ano anterior resultante da natureza da angariação dos eventos realizados.
- iv) Os gastos com **conservação e reparação** aumentaram em relação a 2020, dadas as reparações indispensáveis e prioritárias no Edifício.
- v) **Ferramentas e utensílios:** nesta rubrica estão presentes os gastos em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como máscaras, luvas e viseiras, lâmpadas e material para manutenção.
- vi) **Limpeza, higiene e conforto:** os gastos decorrentes com o contrato de prestação de serviços de limpeza são os que têm maior expressão nesta rubrica.

19. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2021 e 2020, foram os seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações		
Pessoal	603.587	599.380
Encargos sociais		
Segurança Social	111.326	123.770
CGA	11.219	11.207
Seg. Acidentes de trabalho	3.179	4.706
Outros gastos com pessoal	<u>2.592</u>	<u>3.778</u>
Gastos com o pessoal	<u>731.903</u>	<u>742.841</u>

O número médio de funcionários em 2021 foi de 25 (2020: 26).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas, membro do conselho fiscal, ascendeu a 5.500 euros.

MR
MA
SMM

20. Aumentos/Reduções por justo valor

Esta rubrica reflete a redução por justo valor referente ao Fundo de Compensação de Trabalho, fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão.

21. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2021	2020
Rendimentos suplementares	25.163	29.532
Comissões recebidas	i) 183.715	130.070
Prémio de parceria	ii) -	12.933
Imputação de subsídios ao investimento	iii) 57.937	62.267
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	-	1.817
Sinistros	-	-
Alienações ativos fixos tangíveis	-	-
Outros	661	3.213
	<u>267.476</u>	<u>239.832</u>

- i) Rendimento obtido, na sua maioria, sobre os serviços de audiovisuais e *catering* angariados pelo Centro de Congressos.
- ii) Rendimento recebido dos parceiros de *catering* como contrapartida de angariação de clientes. Em 2021, por força da pandemia não foram faturados prémios de parceria.
- iii) Rendimento reconhecido pela depreciação dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos nos Fundos Patrimoniais.

<u>Subsídio ao investimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	-	-
Imputação de subsídios a resultados	57.937	62.267
Reembolso de subsídios	-	-
Saldo final	<u>57.937</u>	<u>62.267</u>

22. Outros gastos

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos	i) 15.560	7.903
Donativos	ii) -	23.805
Quotizações	iii) 12.493	9.743
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	-	-
Dívidas incobráveis	-	173
Outros	10.222	1
	<u>38.275</u>	<u>41.625</u>

- i) O aumento dos impostos verificados em 2021, deve-se à taxa de inspeção paga à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) no âmbito da auditoria de segurança contra incêndios em edifícios, e ainda, ao valor pago de segurança social referente aos trabalhadores independentes.
- ii) Em 2021, não foram realizados donativos.
- iii) No seguimento da situação pandémica COVID-19, o valor das quotizações em 2021 é superior ao ano transato. Em 2020 por força da pandemia foram reduzidas algumas quotas.

23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2021 e 2020 é como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gastos financeiros		
Juros pagos	223	665
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	212	829
	<u>(11)</u>	<u>164</u>

Sepe Cavaleiro

24. Imposto do exercício

A Administração Fiscal questionou a Associação relativamente à isenção ou não de IRC nas receitas provenientes do Centro de Congressos e da exploração do Bar. De forma a esclarecer esta questão o Conselho de Administração decidiu solicitar em Janeiro de 2009, um esclarecimento ao Diretor Geral dos Impostos sobre a interpretação da concessão do benefício de IRC.

No dia 11 de fevereiro de 2009 deu início uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 16 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

No dia 07 de dezembro de 2009, é rececionado pelos serviços da AMTC o Relatório de Inspeção Tributária nos termos do artigo 77º da LGT e artigo 62º RCPIT) onde os serviços da Direção de Finanças do Porto decidem manter as correções técnicas propostas no projeto de relatório, tendo originado Notas de Liquidação de IRC, acrescido de juros compensatórios no valor global de 48.532 euros. Porém, no dia 22 de janeiro de 2010, a AMTC recebeu o despacho do Senhor Subdiretor-Geral datado de 26 de novembro de 2009, no qual é dito que "... os rendimentos prediais obtidos pela Associação com a cedência de espaços e respetivo mobiliário estão isentos de IRC".

No dia 08 de abril foi entregue na 2ª Repartição de Finanças do Porto a Reclamação Graciosa relativa ao processo de Execução Fiscal sobre liquidação de IRC dos exercícios 2005, 2006 e 2007 juntamente com uma garantia bancária emitida pelo BPI no montante de 59.963 euros.

Em novembro de 2010, procedeu-se à impugnação judicialmente.

No dia 07 de julho de 2011 deu início uma nova ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 23 de setembro de 2011, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, e à semelhança da 1ª inspeção, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

Sofia Cavadas

Em janeiro de 2018, a AMTC é notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a informar que a nossa impugnação referente ao processo de fiscalização dos exercícios de 2011 a 2013 foi arquivado porque, não foi entregue pelo advogado em tempo útil, a procuração a testando a sua qualidade para agir como gestor de negócios

O Conselho de Administração entende que lhe assiste razão, tendo efetuado impugnação judicial desta notificação, se necessário, continuando a não considerar necessária a constituição de qualquer provisão para este efeito.

Referimos que no dia 06 de fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento dos montantes relativos ao 2º processo de Execução Fiscal no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor.

Por sua vez, no dia 25 de fevereiro de 2016 iniciou-se a 3ª ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 17 de maio de 2017, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

Há semelhança dos anos anteriores e apesar do Conselho de Administração entender que lhe assiste razão, pagou a nota de cobrança respetiva no valor 16.486,92 € e efetuou a impugnação judicial no dia 24 de novembro de 2016.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a informar que a nossa impugnação referente ao processo de fiscalização dos exercícios de 2011 a 2013 foi arquivado porque, apesar de notificado, o advogado não entregou em tempo útil, a procuração atestando a sua qualidade para agir a título de gestor de negócios

Assim, e relativamente ao 1º processo com o nº 12/11.9BEPRT, referente às liquidações de IRC de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75, foi proferida a sentença em Outubro de 2020 e que julgou a impugnação totalmente procedente, anulando as liquidações de IRC em causa. Porém, foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, que ainda não foi objeto de admissão formal e conseqüente envio para apreciação nessa sede. Por força do disposto no artigo 183º-B do C.P.P.T., foi cancelada a garantia bancária prestada pela AMTC para suspensão do processo de execução fiscal relativo a estas dívidas, no valor de € 59.963,00 emitida em 05.04.2010.

Relativamente ao 2º processo com o nº 778/12.9BEPRT, referente às liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e no valor de € 145.933,68, foi também proferida sentença, em Agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente e anulando as liquidações de IRC em causa, da qual foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, para o qual foi remetido o processo em Novembro de 2020;

Em paralelo e com respeito ao exercício de 2013, igualmente alvo de ação de inspeção tributária incidente sobre a mesma questão de fundo, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em Julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, procedimento que aguarda a emissão de decisão.

Sofia Cavaco

No entanto, o Conselho de Administração entende que esta situação em nada afeta a recuperação futura destas verbas, tendo sido já feitas diligências nesse sentido.

A AMTC não registou qualquer valor relativo a imposto diferido ativo resultante dos prejuízos por considerar que se encontra isenta de IRC.

25. Partes relacionadas

A AMTC tem diferentes categorias de Associados: efetivos, institucionais, promotores e honorários, tal como vem previsto no artigo 4º dos seus Estatutos, os órgãos sociais desta Associação, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são nomeados pelos associados. Assim, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são considerados como partes relacionadas da AMTC.

A AMTC, nos exercícios de 2021 e 2020, teve transações (sem iva) e saldos com as seguintes entidades relacionadas:

Partes relacionadas:	NIF:	Transações		Saldos devedores a 31 de Dezembro	
		2021	2020	2021	2020
Confraria do Vinho do Porto	501 941 460	4.608	-	-	-
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	600 076 300	5.580	1.450	-	-
Douro Azul, Sociedade Marítimo-Turística, S.A.	503 416 436	14.732	10.731	2.460	2.460
Autoridade Tributária e Aduaneira	600 084 779	6.590	5.855	503	777
The Fladgate Partnership Vinhos S.A.	503 818 127	900	900	-	-
Câmara Municipal do Porto	501 306 099	28.262	34.240	-	-

26. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Sota Cava D

27. Informação adicional COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou de pandemia mundial provocada pelo vírus COVID-19. O Estado português por sua vez em 18 de março de 2020 declarou o Estado de Emergência em Portugal, pela primeira vez desde 25 Abril de 1974, impondo restrições das liberdades e garantias dos cidadãos.

No quadro da contingência provocada pelo COVID-19, a AMTC foi obrigada a tomar um conjunto de medidas operacionais para sustentar a sua atividade e garantir os melhores níveis de segurança aos seus clientes e colaboradores. Essas medidas foram começando a ser implementadas em março de 2020. À medida que se desenrolou o quadro pandémico, a AMTC foi ajustando o seu plano e tomando as medidas adequadas às circunstâncias, com a convicção da continuidade da atividade da AMTC.

No início de 2021, o aumento exponencial de casos positivos de COVID-19 no país, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus. No dia 15 de janeiro, Portugal entrou em confinamento. Assim, das medidas societárias relevantes de proteção da entidade e defesa da continuidade importa assinalar o regime de *lay off* simplificado de 14 colaboradores afetos ao negócio durante os meses de janeiro a abril e retoma progressiva em maio. A pandemia continua a afetar negativamente a atividade, no entanto, em 2021 e apesar dos meses de encerramento do Edifício, os resultados foram mais favoráveis, justificados essencialmente pela retoma existente nos meses de setembro, outubro e novembro.

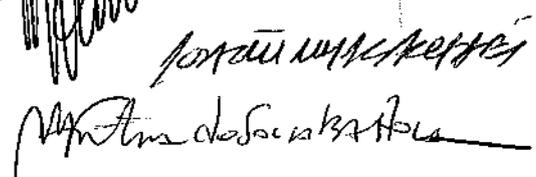
No decorrer de 2021, e por força das razões anteriormente explicadas, a AMTC reconhece que as medidas adotadas tiveram em consideração a melhor informação disponível nesta data, havendo um quadro de incerteza associado à evolução futura que dependerá dos efeitos da pandemia na economia, no entanto, o Conselho de Administração tem a forte convicção que não afetará a manutenção da AMTC em continuidade.

Porto, 23 de março de 2022.

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total 3.726.143 euros e um total de capital próprio de 3.149.143 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 97.410 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como descrito nas notas 9 e 24 do Anexo, no decurso do exercício de 2020, foram proferidas sentenças favoráveis à Entidade nos diferendos que a opõem à Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC dos exercícios de 2005 a 2010, no montante agregado de 194.466 euros. Apesar disso, a oponente interpôs recurso das decisões para o Tribunal Central Administrativo Norte, aguardando-se o resultado dessa iniciativa, o Conselho de Administração reforça a sua convicção no desfecho final favorável à Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

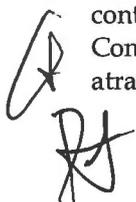
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 23 de março de 2022


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 - ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em conformidade com o preceituado na Lei e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que foram preparados e lhes foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração da "ASSOCIAÇÃO PARA O MUSEU DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" (Associação).

Ao longo do exercício, acompanhámos a atividade da Associação, especialmente através da verificação dos registos contabilísticos, documentação de suporte e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Realizámos ainda testes e outros procedimentos relativamente aos bens e valores da Associação, mantendo o contacto com o Conselho de Administração e com os demais Serviços, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

A atividade operacional da Associação, sobretudo no primeiro semestre do exercício, manteve-se afetada pelas restrições impostas à realização de eventos e iniciativas devido à situação de pandemia de COVID-19 que a todos ainda afeta.

Não obstante essa circunstância, em resultado da redefinição da estratégia de gestão iniciada em 2020 e prosseguida em 2021, a Associação assegurou contactos com Entidades que promovem a realização de eventos e promoveu a realização de obras de manutenção e adaptação dos espaços, medidas que permitiram uma retoma do nível da exploração do Centro Económico-Cultural da Alfândega do Porto.

Assim, foi possível, em 2021, reverter para positivo a situação de EBITDA profundamente negativo ocorrida no exercício anterior e reduzir os prejuízos de exploração para um nível que será seguramente ultrapassável num ano em que seja possível o retomar da normalidade das operações e assim devolver a Associação aos níveis de atividade e rentabilidade que vinham a ser registados nos exercícios anteriores ao eclodir da situação de pandemia.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que a Associação utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.



Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 preparado pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria, sem reservas, mas com uma ênfase relacionada com um diferendo com a Autoridade Tributária, preparado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, os quais mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Associação pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, somos de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2021;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 01 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL



Altino Jorge da Sousa e Silva - Presidente



José Paulo Jesus Ferreira - Vogal

em representação da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 - ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037

